



2004/09/08

DE NOVO O ESCUDO DE PROTECÇÃO ANTI-MÍSIL [1]

Alexandre Reis Rodrigues

Há pelo menos uma promessa eleitoral que o presidente Bush vai cumprir; a da instalação de uma capacidade inicial de defesa anti-mísseis balísticos, que tinha sido agendada para ficar concluída antes de completado o seu primeiro mandato. Duas decisões foram essenciais para viabilizar o cumprimento deste objectivo: a criação da Missile Defense Agency (MDA), em Janeiro de 2002, e o abandono Tratado Anti-Mísseis Balísticos (Tratado ABM), seis meses depois. A primeira permitiu que todo o processo passasse a ser gerido com um maior grau de autonomia, flexibilidade e independência em relação às habituais supervisões do Congresso e outros departamentos do Estado, facilidades de que as suas antecessoras [2] não usufruíram; a segunda removeu as restrições que o Tratado ABM impunha ao desenvolvimento de novos sistemas de protecção anti-míssil. Mas não obstante o calendário ir ser cumprido nem por isso diminuíram as dúvidas, em largos sectores, sobre a forma como todo este processo tem sido conduzido. Muitos alegam que Bush está apenas a cumprir um calendário político, gerido em função das próximas eleições presidenciais, sem atender a todos as vertentes do problema.

Os defensores do sistema, embora geralmente reconhecendo serem limitadas as suas actuais capacidades, alegam que alguma defesa sempre é melhor do que nenhuma defesa e que, para já, pelo menos ficará assegurada protecção contra eventuais disparos de mísseis balísticos da Coreia do Norte. Insistem, principalmente, na vulnerabilidade em que o país ficaria se não dispusesse de capacidade de deter esse tipo de mísseis, eventualmente portadores de armas de destruição maciça, uma hipótese que, à luz do fenómeno da proliferação desse tipo de armamento, se tem tornado cada vez menos remota; alega-se ainda que a existência de um escudo de protecção servirá também para dissuadir futuros candidatos à obtenção desse tipo de armamento, sendo, portanto, uma medida de contra-proliferação. O general Kadish, que dirigiu a Missile Defense Agency (MDA) até Junho e é o principal responsável pelos espectaculares avanços alcançados num passado recente, sempre tinha defendido que mesmo um sistema incompleto poderá ser capaz de deter ataques.

Mas há uma alargada corrente de opinião que tem as maiores dúvidas sobre a eficácia do sistema, quer na sua concepção e objectivos quer em aspectos concretos da sua actual configuração; neste campo, aponta-se, por exemplo, a inadequação das estações de seguimento radar instaladas no Alasca que instaladas em função da anterior ameaça soviética não estarão optimizadas para detectarem a aproximação de mísseis com diferentes trajectórias. Embora não negando o interesse em que os EUA venham a dispor deste tipo de protecção, há sobretudo objecções sobre a prioridade que lhe tem sido atribuída e apreensões pelo pouco cauteloso desenvolvimento das suas componentes de detecção, seguimento e intercepção - não devidamente alicerçado em testes rigorosos - o que, para muitos, tem sido imposto pela necessidade de cumprir o calendário político.

Uma das principais dificuldades do processo decorre do facto de tratar-se de um sistema que está a ser construído à medida que vai sendo desenvolvido, não havendo, portanto, neste momento, uma ideia minimamente firme sobre a sua configuração final. Aliás, como a própria MDA reconhece, o desenvolvimento do sistema está a ser feito mais em função dos desenvolvimentos tecnológicos do que em função de requisitos militares. É neste difícil contexto que cabe agora ao Strategic Command desenvolver um conceito de operações, definir as regras de empenhamento aplicáveis e estabelecer a forma como os diversos intervenientes se integrarão no sistema. Para além da Missile Defense Agency, a quem cabe a responsabilidade pelo desenvolvimento global do sistema, os outros participantes são os seguintes: o Strategic Command com as tarefas acima referidas; o Northern Command que dirigirá os meios de intercepção baseados em terra; o Pacific Command que controlará a utilização das capacidades instaladas em meios navais; o Exército que terá a seu cargo os sistemas de comando e controlo e alguns mísseis de intercepção; a Força Aérea que se responsabiliza pela operação de alguns sensores, redes de radar e satélites e, finalmente, a Marinha que assegurará uma componente de detecção, seguimento e intercepção baseada no mar.

Três cruzadores e quinze destroyers, estão a ser modificados para passarem a ter capacidade de detecção e seguimento de mísseis lançados contra o território americano ou dos aliados. Esta missão (Long Range Surveillance and Track Mission) começará a ser desempenhada no corrente mês, no mar do Japão, conforme anteriormente anunciado. Porém, a capacidade de intercepção por estes navios fica ainda dependente da futura instalação do novo míssil Standard Missile-3 (SM-3) que ainda se encontra em fase de testes. É possível que venha a ser requerida a construção de um novo tipo de navio para participação no escudo de defesa anti-míssil, porquanto a dimensão dos

actuais navios de defesa aérea de área não é suficiente para albergar o tipo de mísseis que se espera ter futuramente disponíveis, nomeadamente para intercepções na fase intermédia da sua trajectória.

Não obstante os esforços da Administração americana para envolver os aliados neste processo, a receptividade mostrada tem ficado, regra geral, abaixo das expectativas, salvo a posição apoiante do Reino Unido e até certo ponto também da Holanda. No Governo Guterres, o então Ministro da Defesa, Dr. Castro Caldas, mostrou disponibilidade para acolher a instalação de eventuais infra-estruturas mas tratou-se de uma posição voluntarista, que nunca tinha sido debatida na Assembleia da República, aparentemente pessoal e sem qualquer enquadramento e consistência política, como cedo se veio a confirmar. Note-se que esta questão está a ser discutida no Canadá há mais de dois anos, não se sabendo ainda que posição irá ser tomada. O anterior Ministro da defesa (David Pratt), abertamente favorável a uma integração do Canadá no sistema, tinha anunciado a próxima assinatura de um memorando de entendimento com os EUA para definir o modo de participação mas o actual Ministro (Bill Graham) veio anunciar que ainda não há qualquer decisão e que esta terá que aguardar que se conclua o processo em curso de ouvir todas as partes interessadas. Para já, o Governo canadiano apenas se comprometeu a rever o acordo existente sobre o funcionamento do US-Canadian North America Aerospace Defense (NORAD) à luz das novas necessidades de partilha de informações. Diversas companhias canadianas olham para este adiamento de uma decisão como contrário aos interesses industriais do país; estima-se que estariam ao seu alcance contratos no valor de 100 a 180 milhões de dólares, por ano.

O entusiasmo entre os europeus para uma próxima adesão à iniciativa americana está, como vimos acima, limitado ao mais próximo aliado dos EUA, muito embora, na Europa como no Canadá, muitas indústrias vejam neste assunto a possibilidade de realizar importantes negócios. Na conferência realizada em Berlim, no final de Julho, (Year 2004 Multinational BMD Conference) por iniciativa da MDA e algumas empresas americanas, ficou muito patente o reduzido apoio que este assunto tem da parte do actual governo alemão, quer pela dimensão quer pela importância da respectiva delegação à conferência. É, aliás, muito esclarecedora a posição de Joschka Fisher, Ministro dos Negócios Estrangeiros, que, em Janeiro, tinha dito que a Alemanha preferiria gastar um milhão de euros para apoiar a entrada da Turquia na EU do que para os utilizar em defesa anti-míssil.

É óbvio, antes de tudo o mais, que os europeus não sentem o mesmo tipo de vulnerabilidade que preocupa os EUA; estes têm a dolorosa experiência dos atentados sofridos a 11 de Setembro e confrontam-se com a patente incapacidade da Agência de Energia Atómica da ONU (IAEA) e da comunidade internacional, em geral, para pôr cobro à proliferação de armamento de destruição maciça e respectivos meios de lançamento, não obstante as restrições impostas pelos tratados internacionais que abordam esta questão. Os europeus, sentindo-se menos ameaçados e considerando que podem deixar aos EUA a responsabilidade de resolver esta questão – o custo de serem a potência hegemónica - têm em geral sido bem mais complacentes e restringido os seus esforços a medidas de coação diplomática de duvidosa eficácia, como ficou provado pelas recentes diligências junto do Irão. Muitos observadores levantam também as mais sérias dúvidas sobre a pertinência e lógica de tão grande investimento, perante as notórias insuficiências de verbas para levar a cabo o sempre adiado desmantelamento do armamento nuclear do tempo da Guerra Fria e o seguro armazenamento de materiais nucleares. Receia-se, muito justamente, que se falhar o único impedimento para uma organização terrorista ter acesso a um engenho nuclear – conseguir o necessário material nuclear – não estaremos longe de ter pela frente mais essa ameaça; ora segundo a maioria dos especialistas nesta matéria, há um óbvio défice de segurança em muitas instalações nucleares, o que deveria ser resolvido prioritariamente. Finalmente, a actual insuficiência dos orçamentos de defesa europeus e as grandes carências em áreas bem mais básicas também não deixam antever que o assunto ganhe brevemente na Europa qualquer dinâmica.

[1] Defense News de 30 de Agosto de 2004. Para informação mais detalhada sobre este mesmo tema sugere-se procurar trabalhos anteriormente publicados, arquivados sob o título genérico “Protecção Antimíssil” (letra “P” do Arquivo).

[2] Ballistic Missile Defense Organization, do período de Bill Clinton, e a Strategic Defense Initiative Organization, do tempo de Bush pai.

25 TEXTOS RELACIONADOS:

2012/05/23

AS DECLARAÇÕES FINAIS DA CIMEIRA DE CHICAGO

Alexandre Reis Rodrigues

2012/05/20

AS RELAÇÕES OTAN-FEDERAÇÃO RUSSA

Pedro Santos Jorge[1]

2012/04/07

A DEFESA ANTIMÍSSIL NA EUROPA, DEPOIS DE LISBOA

Alexandre Reis Rodrigues

2011/07/22

DISSUAÇÃO SEM ARMAS NUCLEARES? (II)

Alexandre Reis Rodrigues

2010/11/26

O REGRESSO DO NUCLEAR E A ALIANÇA ATLÂNTICA (II PARTE)

Francisco Proença Garcia[1]

2010/09/24

O NOVO CONCEITO ESTRATÉGICO DA NATO. DUAS QUESTÕES POLÉMICAS[1]

Alexandre Reis Rodrigues

2010/08/26

DA DEFESA ANTI-MÍSSIL DE TEATRO PARA A DEFESA ANTI-MÍSSIL DA EUROPA

Alexandre Reis Rodrigues

2010/08/19

A DEFESA ANTI-MÍSSIL. PRIORIDADE PARA A NATO?

Alexandre Reis Rodrigues

2009/09/21

O ESCUDO DE PROTECÇÃO ANTIMÍSSIL E A QUESTÃO IRANIANA

Alexandre Reis Rodrigues

2009/05/10

ARSENALS NUCLEARES: UMA CHANCE PARA O MUNDO

Marcelo Rech[1] (Brasil)

2009/03/12

O DILEMA NORTE-AMERICANO NA EUROPA

Marcelo Rech[1](Brasil)

2008/01/02

AS IMPLICAÇÕES DO SISTEMA NORTE-AMERICANO DE DEFESA ANTIMÍSSIL PARA A EUROPA

Joana Gonçalves, Milena Batista, Sofia Alves e Tiago Maurício

2007/10/16

UM RADAR PARA "ASSAR" EUROPEUS?

Marcelo Rech[1]

2007/07/11

A CIMEIRA DA LAGOSTA E O ESCUDO DE PROTECÇÃO ANTIMÍSSIL

Alexandre Reis Rodrigues

2007/06/09

A PROPOSTA "IRRECUSÁVEL" DE PUTIN PARA A DEFESA ANTIMÍSSIL DA EUROPA

Alexandre Reis Rodrigues

2007/05/15

OS OBJETIVOS REAIS DO SISTEMA ANTIMÍSSIL NORTE-AMERICANO NA EUROPA

Marcelo Rech [1]

2007/04/01

A DEFESA ANTIMÍSSIL NA EUROPA. UM PROBLEMA PARA A PRESIDÊNCIA PORTUGUESA DA UE?

Alexandre Reis Rodrigues

2007/03/04

A DEFESA ANTIMÍSSIL DOS EUA ENCONTRA RESISTÊNCIAS NA EUROPA

Marcelo Rech[1]

2006/12/11

A DEFESA ANTI-MÍSIL E A SEGURANÇA DA EUROPA[1]

Marcelo Rech[2]

2006/10/04

A EUROPA NOS PLANOS DOS ESTADOS UNIDOS

Marcelo Rech[1]

2005/07/25

O ESCUDO DE DEFESA ANTI-MÍSIL EUROPEU

Alexandre Reis Rodrigues

2005/07/15

A DES(ILUSÃO) DO SISTEMA ANTI-MÍSIL AMERICANO

Vera Gomes

2004/03/24

O ESCUDO DE PROTECÇÃO ANTI-MÍSIL

Alexandre Reis Rodrigues

2001/10/12

O ESCUDO DE DEFESA ANTIMÍSIL

Alexandre Reis Rodrigues

2001/07/31

MISSILE DEFENSE INITIATIVE

Alexandre Reis Rodrigues